

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1. Acerca do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei local poderá ampliar a competência do Juizado Especial Cível.
- b) Todas as formas de ação de despejo, desde que o valor da ação não supere 40 salários mínimos, poderão ser movidas no Juizado Especial Cível.
- c) Em observância ao princípio da oralidade, somente os atos essenciais serão registrados, de forma resumida. Os demais atos, ou seja, aqueles não essenciais, poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.**
- d) Em todas as causas movidas perante o Juizado Especial Cível, estando a parte demandada representada por advogado, a ausência de contestação implicará em revelia.
- e) Caso a ação esteja prevista no rol daquelas cuja competência é atribuída ao Juizado Especial, a parte autora não poderá optar por propor a demanda no Juízo Cível comum.

2. Com base nas disposições legais relativas ao Juizado Especial Cível assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos Juizados Especiais podem ser ajuizadas ações possessórias relacionadas a bens imóveis de valor não excedente a 40 salários mínimos.
- b) Caso a parte autora opte por promover ação perante o Juizado Especial Cível deverá ser presumida a renúncia ao crédito excedente ao limite de 40 salários mínimos.
- c) As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
- d) O elenco das causas previstas na Lei 9.099/95, como de competência do Juizado Especial Cível, não é taxativo, sendo admitidas outras causas, desde que não dotadas de complexidade.**
- e) Não são de competência do Juizado Especial as ações de alimentos, os executivos fiscais, além daquelas relacionadas ao estado e capacidade das pessoas.

3. Assinale a alternativa correta:

- a) Ao analisar questões de competência dos Juizados Especiais o Juiz deverá atentar-se para a interpretação da lei, vendando-se a adoção de decisão que reputar mais justa e equânime e que atenda aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- b) A assistência obrigatória por advogado, nas causas cujo valor supere vinte salários mínimos deve ser observada desde a apresentação da petição inicial.
- c) O advogado cujo nome constar do termo de audiência estará habilitado para todos os atos do processo, salvo na fase recursal, quando deverá apresentar o instrumento de mandato devidamente firmado pela pessoa que o constituiu.

d) Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando à parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria.

e) No âmbito dos Juizados Especiais os atos, que sempre são públicos, devem ser realizados no período de funcionamento do expediente forense, sendo vedada a realização de atos em horário noturno.

4. Assinale a alternativa incorreta:

a) O cancelamento e/ou atraso de vôo, somado ao descaso e à relapsia da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente, enseja reparação por danos morais. Da mesma forma, o extravio de bagagem ou sua perda gera responsabilidade da empresa aérea pelos danos (moral e material) causados ao consumidor.

b) A responsabilidade das concessionárias de pedágio é objetiva, mesmo quando fundada em ato omissivo, razão pela qual os acidentes provocados por obstáculos ou animais na pista de rolagem acarretam o dever de indenizar os danos (morais e materiais) por parte da concessionária.

c) A interrupção de corrente de energia elétrica caracteriza falha na prestação do serviço e o dever de indenizar por eventuais danos (morais e materiais) causados ao consumidor, visto que se trata de responsabilidade objetiva.

d) Constatado defeito no medidor de energia elétrica e sendo desconhecida a causa, a cobrança do custo administrativo é indevida quando não evidenciada a má-fé do consumidor.

e) **A demora ou a não entrega de produto adquirido pela internet acarreta o dano moral somente quando o consumidor comprovar o prejuízo que sofreu.**

5. Assinale a alternativa correta:

a) Configura dano moral a recusa à aceitação do pagamento por meio de cheque, porquanto o fornecedor é obrigado a aceitar tal forma de pagamento.

b) Realizado o pagamento de dívida em atraso, incumbe ao credor providenciar o cancelamento ou a suspensão do protesto.

c) **O assalto à mão armada, dentro de veículo de transporte rodoviário, caracteriza fato de terceiro estranho à atividade da transportadora, sendo, portanto, incapaz de gerar responsabilidade e dever de indenizar.**

d) Em ocorrendo furto de veículo em estacionamento de estabelecimento comercial não há como se responsabilizar tal ente, já que não possui o dever de vigilância e custódia sobre o bem.

e) É válida e eficaz a cláusula contratual que estabelece a cobrança de juros e demais acréscimos sobre as parcelas não vencidas em caso de pagamento antecipado de mútuo bancário.

6. Assinale a alternativa incorreta, considerando as disposições da Lei 9.099/95 acerca da Sentença:

**a) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso de apelação para o Tribunal de Justiça.**

b) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

c) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

d) A decisão ou proposta de julgamento elaborada pelo Juiz Leigo não poderá ser objeto de recurso, já que somente passará a produzir efeitos após sua homologação pelo Juiz Togado.

e) Havendo pedido contraposto a sentença deverá apreciá-lo juntamente com o pedido principal, sob pena de restar caracterizada a omissão no julgamento.

7. Assinale a alternativa incorreta:

a) Extingue-se o processo, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. Nesta hipótese o autor será condenado ao pagamento das custas, salvo se comprovar que a ausência decorre de força maior, quando poderá ser isentado pelo juiz.

**b) Em sendo reconhecida a incompetência territorial, no âmbito dos Juizados Especiais, caberá ao Juiz promover a remessa dos autos ao juízo competente.**

c) Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

d) A interposição do recurso de embargos de declaração contra sentença, segundo a Lei 9.099/95, implica na suspensão do prazo recursal.

e) A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas pela Lei 9.099/95, como a disposição de que não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

8. Assinale a alternativa incorreta:

a) O conciliador ou juiz leigo não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, exceto perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário.

b) A fundamentação da sentença ou do acórdão poderá ser feita oralmente, com gravação por qualquer meio, eletrônico ou digital, consignando-se apenas o dispositivo na ata.

c) Para efeito de alçada, em sede de Juizados Especiais, tomar-se-á como base o salário mínimo nacional.

**d) A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo direito material em discussão nos autos e não em face do objeto da prova.**

e) Somente se admite conexão em Juizado Especial Cível quando as ações puderem submeter-se à sistemática da Lei 9099/1995.

9. Assinale a alternativa incorreta:

a) As ações envolvendo danos morais não constituem, por si só, matéria complexa.

b) As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil.

c) É cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.

d) No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.

**e) A desistência do autor implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito. Entretanto, se tal ato (desistência) ocorrer a partir da audiência de instrução e julgamento será imprescindível a anuência da parte ré.**

10. Assinale a alternativa correta:

**a) O art. 191 do CPC não se aplica aos processos cíveis que tramitam perante o Juizado Especial.**

b) Na execução por título judicial ou procedimento de cumprimento de sentença o prazo para oferecimento de embargos ou impugnação será de quinze dias e fluirá da intimação do início do procedimento.

c) O Espólio pode ser parte nos Juizados Especiais Cíveis mesmo que existam interesses de incapazes.

d) Não são admitidos embargos de terceiro no sistema dos Juizados Especiais Cíveis. Havendo a configuração da hipótese que autorize o ajuizamento dos embargos de terceiro os autos deverão ser encaminhados ao Juízo Comum.

e) Na execução de título judicial ou procedimento de cumprimento de sentença, o prazo para oposição de embargos ou impugnação ao cumprimento de sentença flui da data da informação do depósito espontâneo pelo devedor, valendo como termo inicial a data da juntada aos autos do comprovante do depósito.